



DOSSIÊ



Não serei interrompida

O processo de silenciamento feminino no espaço político brasileiro

Naiara COELHO, *Universidade Federal Fluminense*

Amanda VOLOTÃO, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

O presente artigo tem por objetivo averiguar o processo de silenciamento das mulheres no ambiente político brasileiro, com base na proposição analítica de três planos fundamentais: a ausência ou baixa representação de minorias no espaço político; a negação sistemática de participação da voz feminina nos ambientes de debate; e a interdição permanente de discursos contra-hegemônicos entoados por vozes subalternas. Para tanto, parte da premissa de que o cenário político brasileiro se apresenta como um espaço frutífero para se pensar a violência simbólica sofrida pelos sujeitos femininos, a partir da operacionalização de formas que resultam na invisibilização das mulheres. Além de trazer uma revisão bibliográfica sobre a participação de minorias na esfera política, atentando para as diferenças entre uma política de ideias e uma política de presença, o estudo discorre sobre a prática do manterrupting no meio governamental, destacando tanto as problemáticas em categorizá-lo como micromachismo, quanto a relevância do discurso como próprio objeto de disputa. Em um segundo momento, analisa o assassinato da vereadora Marielle Franco como a representação máxima de interdição de uma voz e, ainda, reflete sobre os efeitos dessa tentativa de silenciamento, considerando a reverberação das pautas defendidas por Franco.

PALAVRAS-CHAVE: Silenciamento. Marielle Franco. Machismo. Política. Manterrupting.



Introdução

De acordo com a cientista social Deepa Narayan (2018), desde cedo, as mulheres passam por um longo e profundo processo de silenciamento. Falar baixo, não expor suas opiniões, não argumentar ou defender posições que gerem debates e conflitos, calar-se diante da fala masculina - todas essas são atitudes que fazem parte do imaginário que compõe 'o manual do bom comportamento feminino' que rege às famílias indianas de classe média. Para a pesquisadora, o silêncio feminino é resultante de um treinamento deliberado por sistemas culturais, sociais, educacionais e políticos passados geração após geração, tornando-se um hábito que, em última instância, subsidia estruturas desiguais de poder.

No que tange à visão do silêncio como um atributo positivo da feminilidade, hooks (2019) chama atenção para o fato de que essa ideia não se aplica às mulheres negras norte-americanas, fazendo mais sentido quando pensado no contexto feminino branco anglo-saxão protestante. No caso das comunidades negras, a autora afirma que as mulheres não são conhecidas por serem silenciosas. Pelo contrário. A autora enfatiza que a luta das mulheres negras norte-americanas tem sido menos para desaprender o silêncio do que para mudar a natureza e a direção do que falam, isto é, a urgência de fazer com que os seus discursos sejam escutados e considerados relevantes.

Corroborando com tal ideia, Spivak (2014) salienta que, no contexto da produção colonial, a mulher subalterna sofre um duplo apagamento. Além de ter que lidar com a subalternidade, sua posição se torna ainda mais periférica diante das questões de gênero que a tangenciam. Ao considerar gênero, classe, raça e localização, por exemplo, seu envolvimento decorre de várias maneiras no processo de emudecimento do sujeito histórico subalterno, engendrando um afastamento ainda maior dos espaços legitimados de enunciação.

O processo de silenciamento tem feito parte da história das mulheres em diferentes contextos, sendo ponto fulcral para se pensar a própria constituição do sujeito feminino. De acordo com Perrot (2005), a emergência da fala feminina em espaços públicos irrompe a partir do século XIX e, em certa medida, reconfigura o horizonte sonoro. Entretanto, tal inovação vem acompanhada de alguns paradoxos difíceis de serem superados - uma tradição que relaciona o silêncio como habilidade, atributo, charme e educação feminina; a vinculação entre a



eloquência masculina e a capacidade de tomada de decisões, enfatizando a ideia de que, diferentemente das mulheres, o gênero masculino “foi feito” para o espaço público e, ainda, a percepção de que as mulheres que fogem à regra de boas maneiras são associadas à histeria e à loucura. Tais impressões fazem como que haja um descompasso entre a possibilidade teórica de ocupação feminina dos espaços públicos e a prática real deste movimento, bem como um vasto silêncio na narrativa histórica do ponto de vista das mulheres. Para além da inexistência de regras formais que limitem a participação da voz feminina, é constatável que, seja no âmbito familiar, no trabalho, nas ruas e nas demais esferas da vida privada, as mulheres aprendem a conviver com regimes de existência que lhes negam, constantemente, os espaços de fala e os meios necessários para serem ouvidas.

Neste viés, o presente artigo toma o espaço político como cenário para refletir sobre o processo de silenciamento feminino. Desta forma, propõe a análise de três planos de atuação: a ausência ou a baixa representação de mulheres no ambiente político; a não participação ou a falta de peso direcionado à voz feminina nos debates governamentais e, por fim, a interdição permanente de vozes subalternas nesta arena. Atuando de forma imbricada e relacional, é possível afirmar que tais planos operam de modo a silenciar, invisibilizar e apagar as vozes femininas do jogo político.

O primeiro nível se caracteriza pela quantidade limitada de representantes eleitas do sexo feminino e de outras minorias no Governo. Deste modo, discorreremos sobre as medidas legais para maior inserção de mulheres no Congresso, bem como as manobras políticas para o não cumprimento destas legislações e, ainda, as diferenças existentes entre uma *política de ideias* e uma *política de presença*. Em um segundo nível, temos a baixa participação ou a ausência de relevância direcionada à voz feminina nos espaços de debate. Assim, analisamos o machismo discursivo; as práticas adotadas por líderes governamentais para interromper, desacreditar e silenciar as representantes eleitas. Por fim, a interdição permanente de uma voz subalterna é vista, aqui, como a tentativa de fazer desaparecer uma ideia, o nível máximo de violência contra a portadora de um discurso. É, justamente, onde o foco recai sobre o assassinato de Marielle Franco.

A trajetória de Marielle Franco, caracterizada pelo enfrentamento aberto, pelas denúncias e, ainda, pela ênfase em visibilizar vozes das minorias é tratada como ponto de partida para



refletir sobre as articulações entre discurso, fazer político, gênero e demais marcadores de diferença. Seu assassinato é trazido como a forma máxima de tentativa de interrupção de uma voz subalterna feminina negra no ambiente político. A repercussão de sua morte e o movimento engendrado a partir da mesma, práticas concretas que sinalizam para as potencialidades do próprio discurso.

Mulher, negra, favelada e bissexual: minorias na política

O espaço da política institucional é um dos maiores símbolos da esfera pública (PATEMAN, 1996). Trata-se de um local historicamente construído para se discutir, deliberar e decidir sobre os rumos da sociedade. Dado o seu grau de importância e, conseqüentemente, de poder, é também histórico que este espaço seja composto principalmente por grupos dominantes.

Um momento importante da tentativa de alterar o perfil dos quadros políticos eleitorais se deu na Conferência de Pequim, em 1995, com a recomendação de políticas de igualdade de gênero em todas as esferas e, em especial, na de “tomada de decisões” (PEQUIM, 1995). A partir desse ano o tema teve repercussão internacional e influenciou a estrutura de diversos países - sobretudo na América Latina - com a implementação de cotas de gênero na política. No Brasil, o modelo de cotas foi adotado em 1995 e vem sendo alterado por não conseguir garantir o seu objetivo, ao mesmo tempo em que sofre ataques por não ser considerado “justo” ou “necessário”.

Foi a crítica feminista sobre a subordinação das mulheres à esfera privada que forçou a própria estrutura político-institucional a construir mecanismos que possibilitassem a efetiva entrada das mulheres em cargos políticos eleitorais. Essa vitória foi importante mas ainda muito limitada. Quase vinte anos após a implementação das cotas as mulheres ainda são apenas 10,5% dos cargos do executivo e 12% do legislativo (TSE, 2019). Além disso, o mecanismo trata apenas de mulheres, não contemplando qualquer outra minoria social. Nesse sentido, toda figura que foge ao perfil masculino, branco, hétero e de classe média (RUBIM & ARGOLLO, 2018) e que represente uma minoria, rompe com a própria estrutura de poder das instituições político eleitorais.



Teorizando sobre as estratégias de inserção e representação de minorias em espaços de poder, Anne Phillips (2001) discute a importância de uma estrutura política que contemple não apenas a diversidade de ideais dos governantes, mas também a diversidade de identidades desses sujeitos políticos. Para ela uma representação política efetiva passa pela garantia de que o perfil de governantes seja identitária e ideologicamente próximo do perfil dos governados, para que as diferenças de interesses sejam cada vez menores:

uma vez que a diferença seja concebida em relação àquelas experiências e identidades que podem constituir diferentes tipos de grupos, fica bem mais difícil satisfazer demandas por inclusão política sem também incluir os membros de tais grupos. É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideais com os quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres per se? É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial. Mas uma assembleia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? (PHILLIPS, 2001, p. 273).

A autora diferencia essas duas formas de atuação como política de presença e política de ideias. Enquanto a política de presença prevê a valorização da identidade de quem governa, a política de ideias entende que a importância deve ser direcionada aos posicionamentos políticos defendidos por essa governante.

Um exemplo da política de presença é o uso de cotas. No caso das mulheres brasileiras, a previsão de cotas faz parte da estrutura dos partidos e não tem nenhuma especificidade além do gênero dessa pessoa. A mulher não precisa se candidatar sob a campanha de construir direitos para mulheres ou pela pauta feministas. Basta a sua presença, ou seja, a ocupação daquele espaço com uma indivíduo com essa característica.

A política de ideias, de maneira contrária, seria aquela em que as características da governante são menos importantes do que suas opiniões e interesse (PHILLIPS, 2001). Nesse caso o mesmo exemplo das cotas pode ser utilizado para exemplificação.



Pela política de ideias não importaria o gênero da governante e sim o seu compromisso político em atuar pelas, para e com as mulheres. Nesse caso, sendo uma mulher ou não, se as ideias da governante forem convergentes com as do eleitorado, a representação estará estabelecida.

Neste debate sobre a política de ideias, cabe-nos problematizar, como faz Scott, sobre a necessidade de termos mulheres ou não na política:

Nessas críticas o sexo dos políticos é irrelevante porque o conteúdo dos programas dos partidos é o que interessa — e então o sexo ostensivamente masculino dos políticos não pode ser mencionado, pois se trata apenas de uma preocupação secundária. Ou as mulheres devem ser vistas especificamente como mulheres — com interesses, necessidades e identidades específicas; assim, diferentemente dos homens, que defendem ideologias e programas que não têm nada a ver com seu sexo, as mulheres podem representar apenas elas próprias enquanto membros de um grupo oprimido — sua diferença sexual é sempre relevante; elas só podem ser vistas enquanto agindo como mulheres e em nome das mulheres (SCOTT, 2001, p. 381).

Assim, os dois casos trazem questões importantes a serem pensadas. A política de presença pode ser acusada de simplificar uma questão profunda e complexa, apontando as cotas como uma solução perfeita. Não há dúvidas de que o sistema de cotas contribui para a inserção de mulheres e outras minorias em espaços de poder (SPOHR et al., 2016) mas, como visto, a representação descritiva não cria a convergência automática de interesses.

A crítica à política de presença repousa no fato de que ela pode ser instrumentalizada para afastar ainda mais grupos minoritários do poder (PHILLIPS, 2001). Pois, se com a existência de cotas ainda não foi possível modificar os quadros desiguais de presença política, sem esses instrumentos, não há como imaginar que seria diferente.

Nesse sentido, não parece adequado ter uma visão binária e dicotômica dessas duas formas. Por esse motivo, Phillips (2001) afirma que a representação adequada deve levar em consideração esses dois elementos, de forma a utilizar do que for útil de ambos, sem incorrer nas falhas que as críticas já apontaram.

Outras características que possibilitam identidades múltiplas tendem a complexificar ainda mais essa situação. O posicionamento liberal e o socialista eram mais coesos quando a oposição se baseava apenas em classe (PHILLIPS, 2001). Para essas correntes ou bastava



deixar de lado as diferenças de classe ou devia-se eliminar as classes. Para bell hooks essa visão simplória da representação apenas pela classe também significou um ponto importante na trajetória de luta das mulheres negras:

Quando a maior luta das mulheres negras era a oposição ao racismo e o objetivo dessa luta era a igualdade nas estruturas sociais existentes, quando a maioria das pessoas negras era pobre e vivia racialmente segregada, os papéis de gênero das mulheres eram definidos com mais clareza. Nós tínhamos um lugar na luta, assim como um lugar nas instituições sociais das nossas comunidades. Era mais fácil para as mulheres negras navegar na jornada da identidade. Com poucas opções de emprego na força de trabalho segregada, a maioria das mulheres negras sabia que seria contratada no setor de serviços ou se tornaria professora. Hoje, a mulher negra tem mais opções, embora a maioria das barreiras que as impedem de exercer essas opções ainda esteja erguida. Integração racial, mudanças econômicas nas relações de classe entre pessoas negras, o impacto do capitalismo de consumo, assim como as lutas de libertação negras centradas nos homens (que desvalorizam as contribuições das mulheres negras) e um movimento feminista que estimulou o questionamento de noções idealizadas de feminilidade alteram radicalmente a realidade de mulheres negras. Para muitas mulheres negras, especialmente nas classes menos favorecidas, o sonho da igualdade racial estava intimamente ligado à fantasia de que, acabada a luta, as mulheres negras poderiam assumir os papéis de gênero sexista tradicionais. (HOOKS, 2019, p. 115/116)

Isso porque são muitas as interseccionalidades vistas dentro dos grupos de mulheres. A partir das múltiplas formas da experiência de ser mulher, é necessário lembrar que há grandes especificidades que devem ser respeitadas dentro do campo e lugar de fala que cada experiência permite.

Dessa maneira, Phillips (2001) tensiona as potências e limitações da *política de ideias* - convergência ideológica -, e da *política de presença* - convergência identitária - para construir um mecanismo em que as minorias possam ser representadas a partir de suas ideias e também da efetiva presença nos espaços políticos. Visando ampliar a ideia de *minoria* para além de “mulheres” destaca-se a importância de considerar *mulheres* como um grupo heterogêneo pelo qual perpassam e interseccionam-se diversas identidades, tornando ainda mais desafiador e importante para a busca de uma política que não *faça mais do mesmo*.

A partir de um estudo sobre a possibilidade de pronunciamento de feministas brancas, sobre as situações de estupro e violência



doméstica ocorridas em uma comunidade indígena da Austrália, Anna Yeatman (1993) apresenta uma importante ponderação sobre identidade, representação e lugar de fala nessas situações. Segundo Yeatman (1993) se trata menos de policiar as mulheres brancas que têm contribuído para a discussão, e mais de assegurar que “aqueles que contestariam nossas representações... estejam presentes para se encarregar da contestação” (YEATMAN, 1993, p. 241).

Em diferentes termos Silvio Almeida (2018) também tensiona a representação de presença e de ideias, mostrando suas potencialidades e limitações:

Seria, por exemplo, a presença de pessoas negras ou indígenas em posição de poder e destaque suficiente para combater o racismo? Para algumas pessoas a existência de representantes de minorias em tais posições seria a comprovação da meritocracia e do resultado que o racismo pode ser combatido pelo *esforço individual* e pelo mérito. Essa visão, quase delirante, mas muito perigosa, serve no fim das contas apenas para naturalizar a desigualdade racial. Mas o problema de representatividade não é simples e tampouco se esgota nessa caricatura de meritocracia. Não há dúvidas de que a representatividade é um passo importante na luta contra o racismo e outras formas de discriminação e há excelentes motivos para defendê-la. Quem pode duvidar da importância para a luta antidiscriminatória de se ter uma mulher negra em posições geralmente associados a homens brancos (...)? (ALMEIDA, 2018, p. 84).

Dessa maneira, a defesa de minorias na política não se confunde com o encorajamento de identidades excludentes ou fragmentadas. Trata-se da garantia de representação proporcional dos muitos grupos minoritários que compõe a sociedade. Trata-se de compartilhar o poder (PHILLIPS, 2001).

Na mesma toada, Iris Marion Young (2000) propõe que a representação de grupos minoritários se revele pela importância da *perspectiva social* a qual representam. Para ela, a identidade e as consequências concretas de uma mesma perspectiva social não podem ser previstas na arena política, pois são relacionais. Se caracterizam por uma influência a partir da experiência vivida e portanto como um ponto de partida para a construção política. As mulheres, enquanto grupo social estrutural, “têm experiências semelhantes que apenas os membros de seus próprios grupos podem compreender com o mesmo imediatismo.” (YOUNG, 2000, p. 172) e daí a importância de que as decisões políticas não ouçam essas perspectivas.



Pela compreensão de Williams (1998) a representação como perspectiva permite que a voz dos grupos sociais estruturados não sejam invisibilizados e dominados no debate político, por aquelas que já exercem poder, o que Young em outras palavras assevera:

Numa sociedade em que a população branca seja privilegiada, por exemplo, a perspectiva social das pessoas brancas, com frequência, terá um predomínio incorreto nas diversas discussões públicas, e deverá então ser relativizada e matizada pelas perspectivas sociais das pessoas posicionadas diferentemente nas estruturas sociais racializadas. Mas a perspectiva da população branca não é em si incorreta ou ilegítima. Já as opiniões decorrentes do princípio da supremacia racial branca, que demandariam a segregação forçada de todas as pessoas de cor, essas sim são ilegítimas, pois afirmam a recusa a reconhecer certos membros da sociedade igualmente como participantes dessa sociedade. (YOUNG, 2000, p.177/178).

As múltiplas identidades femininas e a experiência e perspectiva de cada uma dessas mulheres - mulheres negras/ mulheres negras lésbicas/mulheres negras faveladas/ mulheres negras faveladas e mães, como Marielle Franco - tornam também suas falas com especial relevâncias frente às discussões políticas. Esse debate aparece de maneira latente nas discussões elaboradas pelos feminismos interseccionais, que não retiram do primeiro plano a questão de raça e classe, nas discussões sobre gênero.

No desenvolvimento subsequente da política feminista, a questão de quem pode falar melhor por ou em nome de outro tornou-se uma importante fonte de tensão, pois, já que os homens tinham sido desalojados de seu papel de falar pelas mulheres, parecia bastante óbvio que as mulheres brancas também deviam ser desalojadas de seu papel de falar pelas mulheres negras, mulheres heterossexuais pelas lésbicas e mulheres de classe média pelas da classe operária (PHILLIPS, 2001, p. 275).

A partir da concepção de raça e gênero, Silvio Almeida (2018) afirma que a representatividade possui dois importantes efeitos na luta contra discriminação. Um que se refere à repercussão das reivindicações políticas, e o outro, pela quebra do padrão – de poder e reconhecimento - branco quando é uma negra a ocupar esse lugar. Essas situações podem ser ainda mais potentes quando as reivindicações são resultado de um projeto político coletivamente construído e quando as negras em posição de poder questionam o “lugar social que o imaginário racista lhes



reserva” (ALMEIDA, 2018, p. 84/85). Isso porque, tão importante quanto a presença é ação representativa dessas lideranças.

A atuação política concreta merece destaque porque ela corresponde ao conteúdo da presença. A simples existência de pessoas discriminadas em posição de poder possui um valor simbólico importante, mas para que essa atuação ressignifique a experiência dos grupos marginalizados é necessário pensar na potência política de se ocupar esse espaço.

Vida e morte de Marielle Franco foram exemplos dessa potência. Pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12) Marielle foi uma subalterna consciente da resistência necessária de ocupar essa condição que rompeu barreiras socioculturais dominantes para falar e fazer-se ouvir.

O corpo, pele, origem, amor e ideais fizeram da vereadora um símbolo de luta, rompimento e solidez no processo de tomada de direitos. Sua breve trajetória reflete a força da resistência e a condição de alvo a que são colocadas as mulheres que ousam ultrapassar limites da dominação. Bell hooks, lembrando a luta de outras mulheres negras afirma:

Na maioria dos casos, as sujeitas negras radicais desafiaram intencionalmente o status quo e nadaram contra a corrente. Embora Angela Davis seja um ícone cultural popular, a maioria das mulheres negras é “punida” e “sofre” quando faz escolhas contrárias às ideias que prevalecem na sociedade a respeito do que as mulheres negras deveriam ser ou fazer. (...) Aquelas de nós [mulheres negras] que permanecem em instituições que não apoiam nossos esforços de ser sujeitas radicais são atacadas diariamente. (HOOKS, 2019, p. 122)

As estratégias de *sofrimento* e *punição do subalternizado* possuem diversas formas e estágios – como a própria experiência de Marielle Franco nos mostra - e, de diferentes modos, todos simbolizam violências estruturais na busca pela dominação racial, de gênero, sexo, classe e o demais distinções.

**“Para nós, mulheres, luta é cotidiano”:
manterrupting e machismo discursivo**



25 de junho de 2018. A pré-candidata à presidência da república Manuela D'Ávila do PCdoB participa do programa de entrevistas *Roda Viva*. Durante a participação que durou, aproximadamente, 90 minutos, D'Ávila teve a sua fala interrompida 62 vezes pelos entrevistadores, enquanto os também pré-candidatos Ciro Gomes e Guilherme Boulos tiveram, respectivamente, 8 e 12 interrupções. A discrepância foi tão grande que até a ex-presidenta da república, Dilma Rousseff, se pronunciou sobre o caso. Em nota, Rousseff manifestou sua integral solidariedade a Manuela pelos ataques machistas e misóginos.

A própria Rousseff viveu situações semelhantes a de D'Ávila. Tanto em 2010, quanto em 2014, os números excessivos de interrupções sofridas por Dilma ao ser entrevistada pelo âncora William Bonner, no *Jornal Nacional*, não passaram despercebidos, principalmente, quando comparados aos demais candidatos do sexo masculino. De forma similar, a candidata norte-americana Hillary Clinton foi interrompida 51 vezes por Donald Trump em um dos debates em que ambos participaram, mesmo se sabendo que a interrupção do adversário é uma prática proibida nos debates moderados. Embora estas três situações tenham chamado a atenção da grande mídia à época, tais casos estão longe de representar especificidades do processo eleitoral, sendo comumente associados ao cotidiano das representantes políticas no exercício de suas funções.

De acordo com o levantamento realizado por Och (2019), há uma literatura crescente sobre esse tipo de violência discursiva no espaço político. Tais pesquisas demonstram que as mulheres estão sujeitas a agressões sexistas e formas depreciativas de discurso no parlamento grego (GEORGALIDOU:2017); na Câmara dos Comuns canadense, alemã e britânica, as mulheres são interrompidas com frequência, por meio de comentários sobre sua aparência, competência, papéis de gênero ou traços pessoais (STOPFNER:2018); na Austrália, Reino Unido e Canadá, as mulheres estão sujeitas a brigas, provocações e gritos sexistas (COLLIER&RANEY:2018); na Suécia, o contingente feminino tem denunciado as constantes interrupções praticadas pelo gênero oposto (ERIKSON&JOSEFSSON:2018), nos EUA e no Japão, alguns estudos sinalizam para a constatação de que as interrupções das falas são estratégicas na forma em que desacreditam as vozes das mulheres, tais como o caso de Kamala Harris (ROGERS:2017) e Elizabeth Warren (CHAPPELL:2017), ou, ainda, em Tóquio, quando a participante da assembleia Ayaka Shiomuro foi interrompida por um outro



representante governamental, que ainda sugeriu que a mesma deveria se casar (SANGHANI:2014).

No Brasil, os estudos sobre o dia a dia das mulheres eleitas têm demonstrado que a situação, infelizmente, é bem parecida. A pesquisa realizada por Barros&Busanello (2019) sobre as formas de machismo discursivo nas comissões e no Plenário da Câmara de Deputados trouxe 15 modalidades deste tipo de violência. A pesquisa, de base analítica exploratória e qualitativa, classificou os tipos de machismo de modo gradativo, em termos de nível de violência e agressividade. Partindo das práticas consideradas mais agressivas, a interrupção da fala das deputadas em sessões e plenárias ocupou a segunda posição, ficando atrás somente do desrespeito ostensivo às parlamentares que presidem essas sessões e comissões. Infelizmente, o estudo não desenvolveu relações entre o gênero e outras questões interseccionais que permeavam o grupo das mulheres analisadas.

Amplamente difundida no ambiente das redes e mídias sociais, as denúncias da prática de interrupção da fala feminina têm se popularizado a partir do termo *manterrupting* (*man/homem + interruption/interrupção*). Criado em 2015, o conceito se tornou famoso por conta de um artigo publicado no The New York Times. Escrito pela responsável pelas operações do Facebook, Sheryl Sandberg, e pelo professor da Escola de Negócios da Universidade da Pensilvânia, Adam Grant, *Speaking while Female, and at a Disadvantage* faz alusão a um estudo de psicólogos de Yale que demonstra como senadoras americanas se pronunciavam menos do que indivíduos do gênero masculino que ocupavam a mesma posição e, até mesmo, posições inferiores a das representantes governamentais. De acordo com Salgado (2017), o *manterrupting* não só impede que a mulher conclua os seus pensamentos, como tende a fazê-la parecer uma pessoa incompetente ou boba.

A vereadora do PSOL Marielle Franco costumava fazer frente a esta prática. Em seu último pronunciamento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Franco foi interrompida duas vezes. Na primeira, a representante política olha para o parlamentar que se aproxima para interrompê-la e diz: “Não venha me interromper agora, não é?!”. Após dar continuidade ao seu discurso, outro homem não identificado faz questão de “falar mais alto” que a vereadora, gritando “Viva a Ustra!”, durante a sua fala. Neste momento, Marielle evidencia, abertamente, a atitude em defesa da ditadura do homem em questão, solicitando que a



presidência da casa, diante de mais manifestações que atrapalhem a sua fala, proceda da mesma forma que opera quando a tribuna interrompe qualquer vereador. Em seguida, afirma: “Não serei interrompida. Não aturo interrupções dos vereadores dessa Casa e não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita.”

Sendo, por excelência, um espaço público onde a retórica é de fundamental importância, o ambiente político é visto como um lugar hostil para as mulheres e demais minorias. Para Och (2019), a violência simbólica que deslegitima as mulheres na arena política pode ser exemplificada de diferentes formas, seja apresentando as mulheres como incompetentes ou inadequadas, realizando comentários sexuais que focam a atenção na aparência feminina ou, ainda, a prática de ações como desligar o microfone, vaiar, não dar a devida atenção a uma mulher em sua fala ou negar-lhe a possibilidade de ter a palavra. Por mais que muitas destas atitudes sejam avaliadas como algo que não está associado a papéis sexuais, mas sim a divergências políticas, os levantamentos quantitativos têm sinalizado para a relevância do fator gênero na construção de uma ordem estruturante do fazer político que, em última instância, dialoga, diretamente, com a baixa representação feminina nesta esfera.

Manso&Silva (2016) salientam a existência de diversos tipos de violência contra a mulher que, embora considerados mais brandos, afetam a capacidade de poder e o avanço em matéria de igualdade de oportunidades, direito, reconhecimento público, social, político e cultural das mesmas. Para as autoras, diferentemente das violências “visíveis” que passam a existir no momento em que são incorporadas em leis e políticas públicas, sendo enunciadas, legitimadas e tratadas como um problema social, as violências invisíveis tendem a fazer parte de uma armadilha maior: a da naturalização cotidiana dos sistemas desiguais de gênero.

Os micromachismos seriam, portanto, práticas abusivas legitimadas pela sociedade e pela cultura que os rodeiam, atitudes de tolerância permitidas, isto é, comportamentos cotidianos de dominação masculina, como a interrupção da fala feminina, o abuso da condição de cuidadora da mulher, críticas à vestimenta feminina, olhares lascivos etc. A reiteração sistemática destas pequenas formas de manifestação do machismo fomenta, em última instância, a consolidação das relações desiguais de gênero, deixando evidente tanto o fato de que as diferenças permanecem vigentes, quanto a manutenção dos tradicionais espaços de



poder - o poder público/masculino e a esfera privada e doméstica/feminina. Tais expressões do dia a dia são mais do que microabusos, são tecnologias de controle que cerceiam e tentam anular a mulher em sua autonomia.

O micromachismo pode ser visto como um comportamento individual de desvalorização das mulheres, isto é, um conjunto de dispositivos que se manifestam em atitudes, predominantemente, automatizadas na vida social. No limiar do imperceptível, os micromachismos são formas de dominação masculina na vida cotidiana, compreendendo um amplo espectro de manobras interpessoais, conscientes ou não, que impregnam o comportamento masculino, reforçando os papéis estereotipados dos gêneros. Sendo práticas normalizadas, estes microabusos podem parecer inofensivos, mas, em sua forma constante, expõem e consolidam uma estrutura machista, apresentando-se como obstáculos na luta pela igualdade de gênero.

Para Benalcazar-Luna&Venegas (2015), o grande problema do micromachismo consiste no fato de que, ao diminuir ou ocultar a carga de violência destas atitudes, minimiza-se o impacto das mesmas e obnubila-se a visão de tais ações como a primeira instância de um espiral de violência contra as mulheres. De fato, o termo micromachismo, por si só, já é polêmico. Há quem acredite que a utilização do prefixo “micro” atenua estes tipos de violência, colocando-as numa escala inferior às demais.

Conforme salientado por Barros&Busanello (2019), a denominação, quando leva em consideração a ideia de “menor/mais branda”, parece inadequada ao contexto político. Os autores argumentam que o machismo discursivo compromete a qualidade da democracia e da representação política das mulheres eleitas, tendo grande impacto na atuação das representantes governamentais. Sendo assim, é importante pontuar que, quando se trata do ambiente político, falar e ter suas ideias ouvidas é primordial para o pleno exercício das atividades governamentais. Mais do que isso, a anuência reiterada de tais práticas parece validar ainda mais a ideia de que as mulheres ocupantes de cargos políticos estão deslocadas, como se elas não pertencessem ou merecessem menos estar ali do que seus colegas de trabalho que fazem parte do padrão convencional - homem, branco, heterossexual de classe alta. A sensação coletiva de que a presença do “diferente” destoa do cenário político legitima o machismo discursivo, empobrece a



pluralidade de pautas e auxilia na manutenção das instâncias tradicionais de poder.

“Não vamos nos calar”: Vozes negras importam

Pensar o caso de Marielle Franco, brutalmente assassinada no dia 14 de março de 2018, junto com seu motorista Anderson Gomes, quando saiam de um evento na Casa das Pretas, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro, é trazer para a cena política o que sua posição representava e até que ponto seus discursos incomodavam. Vereadora eleita com 46.502 votos, Marielle foi criada na favela da Maré e tinha sua trajetória política relacionada ao ativismo em prol dos direitos humanos. Durante os seus 14 meses de mandato, Marielle apresentou 13 projetos de lei. Suas pautas envolviam a saúde da mulher, combate à violência de gênero, valorização do funk enquanto movimento cultural, dentre outros. A representante do PSol denunciava a atuação truculenta da polícia nas favelas do Rio, principalmente, no momento em que se começava a intervenção federal com o apoio dos militares na cidade.

No ambiente político, as representantes eleitas assumem, junto com o seu gênero e os demais marcadores de diferença que as constituem, um duplo embate: ao mesmo tempo em que lutam pelo tópico em questão, também lutam pelo direito de ter voz sobre este tópico. Mais do que isso, lutam pelo direito de falar e de serem reconhecidas como sujeitos com valor para emitir opiniões. Não somente a arena política pode ser violenta - quando se trata das inequidades de gênero, raça, classe, etnia etc., a própria linguagem também o é.

Para bell hooks (2019, p. 73), “Estamos enraizados na linguagem, fincados, temos nosso ser em palavras. A linguagem é também um lugar de luta”. Considerando que o campo discursivo é um espaço de embates marcado por manifestações discriminatórias de gênero, raça, classe, etnia etc. e, ainda, que tem na linguagem o próprio objeto de disputa, erguer a voz é, antes de tudo, um ato de sobrevivência e de subversão da norma, marcando a transição das oprimidas de objetos para sujeitos. Como afirma a autora,

a fala verdadeira não é somente uma expressão do poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem – e, como tal, representa uma ameaça (HOOKS: 2019, p. 36).



Tendo em vista o caráter “ameaçador” que a fala pode assumir, partimos dos dois primeiros planos de silenciamento feminino no espaço político para refletir sobre o caso Marielle. Que vozes a figura de Marielle Franco representava como ocupante eleita no espaço político? Seria o seu assassinato a forma última de silenciamento de um discurso desestabilizador da norma? Ou, ainda, até onde a sua trajetória e a tentativa de calar suas ideias fizeram brotar novas e potenciais realidades, bem no seio do espaço político?

Esta pesquisa, que não se pretende uma avaliação da atuação de Marielle Franco enquanto vereadora, permite compreender que ela foi uma porta voz de diversos grupos subalternos. Sua resistência - recebida como ousadia de quem tem o dever de se calar - foi retirada com a morte. Contudo, foi profunda o suficiente para encorajar e conscientizar outros de sua subalternidade e potência.

O aparato teórico que, neste artigo, acompanhou a trajetória de luta Marielle Franco serve como base a compreensão do quão complexo e sofisticado o patriarcado pode se tornar como alcançar seus fins.

Seja por suas ideias ou presença, pela interrupção de sua fala ou vida, a simples existência de uma negra, favelada, lésbica e ativista de direitos humanos será para sempre a lembrança de que *não seremos interrompidas*.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento (2018).

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELLO, Elizabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. In.: *Rev. Estud. Fem.* vol.27 no.2 Florianópolis 2019 Epub June 18, 2019.

BENALCAZAR-LUNA, Magaly; VENEGAS, Gina. Micromachismo: manifestación de violencia simbólica. In: *UTCiencia Ciencia e Tecnologia al servicio del pueblo*, 2 (3), p. 140-9, 2015.



BONINO, Luiz. Las microviolencias y efectos: claves para su detección. In.: *Revista Argentina de Clínica Psicológica*, VIII, pp 221-233, 1999.

CHAPPELL, Bill. *Republicans vote to silence Sen Elizabeth Warren in confirmation debate*. Disponível em: <<http://www.npr.org/sections/thetwo-way/2017/02/08/514051080/republicans-vote-to-silence-sen-elizabeth-warren-in-confirmation-debate>>. Acessado em 18 setembro 2019.

COLLIER, Cheryl N.; RANEY, Tracey. Understanding Sexism and Sexual Harassment in Politics: A Comparison of Westminster Parliaments in Australia, the United Kingdom, and Canada. In: *Social Politics* 25 (3): 432–55, 2018.

ERIKSON, Josefina; JOSEFSSON, Cecilia. The Legislature as a Gendered Workplace: Exploring Members of Parliament's Experiences of Working in the Swedish Parliament. In: *International Political Science Review*, 2018.

GEORGALIDOU, Marianthi. Addressing Women in the Greek Parliament. *Journal of Language Aggression and Conflict* 5 (1), p. 30–56, 2017.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

MANSO, Almudena García; SILVA, Artenira da Silva e. Micromachismos o Microtecnologías de Poder: La Subyugación e Infravaloración, que Mantienen el Significado Político y Social del “Ser Mujer” como la Desigual. *CONPEDI Law Review*. Barcelona, v. 1, n. 3, p. 105-123, 2016.

NARAYAN, Deepa. *Chup: Breaking the Silence About India's Women*. In: Juggernaut Books, 2018.

OCH, Malliga. Maninterrupting in the German Bundestag: Gendered Opposition to Female Members of Parliament? In: *Politics & Gender*, 1-21, 2019. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/maninterrupting-in-the-german-bundestag-gendered-opposition-to-female-members-of-parliament/>>



990E268F513466EADD8580491267327F/core-reader>: Acessado em 18 setembro 2019.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLES, Carme (Org.). *Perspectivas feministas en teoria política*. Barcelona: Paidós, 1996.

PEQUIM. *Declaração: Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, 1995. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPequimquartconfmulh.html>>. Acesso em 20 dez 2019.

PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

PHILLIPS, A. De uma política de idéias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268–290, 2001.

ROGERS, Katie. Kamala Harris Is (Again) Interrupted While Pressing a Senate Witness. *The New York Times*, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/06/13/us/politics/kamala-harris-interrupted-jeff-sessions.html>> Acessado em 18 setembro 2019.

RUBIM, Linda e ARGOLO, Fernanda (Orgs). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Eduf ba, 2018.

SANGHANI, Radhika . Sexist Bullying in Politics: ‘Why Don't You Get Married?’, *The Telegraph*, 2014. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/women/womens-politics/10914073/Sexist-bullying-in-politics-why-dont-you-get-married.html>> Acessado em 18 setembro 2019.

SCOTT, Joan. “La querelle des femmes” no final do século XX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2001, p. 367-388.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.



SPOHR, Alexandre e outrxs. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(2): 292, maio-agosto/2016.

STOPFNER, Maria. Put Your 'big Girl' Voice on. *Journal of Language and Politics* 17 (5): 617 -35, 2018.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 15 dez 2019.

WILLIAMS, Melissa. *Trust and memory: marginalized groups and the failure of liberal representation*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

YEATMAN, A. Voice and Representation in the Politics of Difference. In: GUNEW, S., e YEATMAN, A. (eds.). *Feminism and the Politics of Difference*. Boulder: Westview Press, 1993.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford series in political theory. Oxford: Oxford University, 2000.



I will not be interrupted: the process of female silencing in the Brazilian political space

ABSTRACT: This article aims to investigate the process of silencing women in the Brazilian political environment, based on the analytical proposition of three fundamental plans: the absence or low representation of minorities in the political space; the systematic denial of female voice participation in debate environments; and the permanent ban on counter-hegemonic discourses sung by subordinate voices. Therefore, it starts from the premise that the Brazilian political scenario presents itself as a fruitful space to think about the symbolic violence suffered by female subjects, from the operationalization of forms that result in the invisibility of women. In addition to bringing a bibliographical review on minority participation in the political sphere, paying attention to the differences between a politics of ideas and a politics of presence, the study discusses the practice of keeping in the governmental environment, highlighting both the problems in categorizing it. as micromachism, as the relevance of discourse as the object of dispute itself. In a second moment, it analyzes the murder of Councilwoman Marielle Franco as the maximum representation of a voice interdiction, and also reflects on the effects of this attempt to silence, considering the reverberation of guidelines defended by Franco.

KEYWORDS: Silencing. Marielle Franco. Chauvinism. Politics. Interruption.

Naiara COELHO

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Campus Maringá (2011-2015). Mestra em Sociologia e Direito pelo Programa de Pós - Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF) na linha de Direitos Humanos, Governança e Poder. Bolsista CAPES (2017/2019) e Advogada.

Amanda VOLOTÃO

Doutoranda em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Possui MBA em Marketing Empresarial, oferecido pela Universidade Federal Fluminense, e especialização em Marketing pelo AVM Instituto. Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e licenciada em Letras (Português e Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade Federal Fluminense.

Recebido em: 31/12/2019 | Aprovado em: 12/10/2020